

Revista Brasileira de Cartografia (2015) N^o 67/4 787-803
Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto
ISSN: 1808-0936

MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO LINGUÍSTICO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA DE NATUREZA FÍSICA DA COMARCA DE VILA RICA EM REGISTROS CARTOGRÁFICOS HISTÓRICOS

*Memory of the Linguistic Patrimony from M.G.: a Analysis of the Physical-nature
Toponymic Motivation from the Vila Rica County on Historical Cartographics
Records*

**Márcia Maria Duarte dos Santos¹ & Maria Cândida Trindade Costa de
Seabra²**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Centro de Referência em Cartografia Histórica, Museu de História Natural e Jardim Botânico
Av. Álvaro da Silveira, 1035 B. Santa Inês. Belo Horizonte, Minas Gerais. CEP: 31080-010
mdsantos@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Faculdade de Letras
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte – MG. CEP 31270-901 - Fone: +55 (31) 3409.5000
candidaseabra@gmail.com

Recebido em 16 de Dezembro, 2011/ Aceito em 05 de Fevereiro, 2012
Received on December 16, 2014/ Accepted on February 05, 2012

RESUMO

O estudo toponímico sobre a Comarca de Vila Rica funda-se na compreensão de que o topônimo, a par do seu papel signífico, evidencia comportamentos extintos, resgata memórias de um povo e de uma cultura. Sua realização refere-se aos *corpora*, levantados a partir de registros onomásticos de elementos planimétricos e da altimetria, presentes em três mapas elaborados nos Setecentos e início dos Oitocentos. Esse conjunto de dados foi classificado segundo as categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores da toponímia brasileira e são identificados como físicos e antropoculturais, bem como quanto a sua origem, considerando as fontes culturais portuguesas, africanas e ameríndias. Os resultados alcançados permitiram afirmar a importância da motivação toponímica de natureza física na área de estudo, revelando sua preponderância na denominação de acidentes físicos.

Palavras – chave: Toponímia Histórica de Minas Gerais, Fontes Cartográficas Históricas de Minas Gerais, Geografia Histórica, Linguística Histórica.

ABSTRACT

The toponymic study on the Vila Rica County is based on the understanding that a toponym, aware of his/her signfic role, evidences extinct behaviors, salvages memories of peoples and cultures. That study fulfillment is related to the *corpora*, surveyed from onomastic records of altimetry and planimetry elements present on the three historical maps of this region, from the eighth and early ninth centuries. That set of data has been classified according to taxonomic

categories that represent the main motivating standards to the Brazilian toponymy that are identified as physical and anthrop cultural, and regarding their origin, considering the Portuguese cultural sources, African or Amerindian. The found results have allowed stating the importance of physical-nature toponymic motivation in this study area, revealing its preponderance for physical event designation.

Keywords: Historical Toponymy of Minas Gerais, Historical Cartographic Sources of Minas Gerais, Historical Geography, Historical Linguistics.

1. INTRODUÇÃO

Os topônimos estudados neste trabalho referem-se à Comarca de Vila Rica, circunscrição territorial concernente ao poder judiciário, pertencente à Capitania de Minas Gerais. Entretanto, sua criação, datada de 1709, ocorre quando é instituída a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, por sua vez, sucedeu a vastíssima Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas de Ouro, incluindo áreas do *hinterland* do sudeste e sul da América Portuguesa. Essas medidas visavam aproximar a administração colonial da região, no Estado do Brasil, em que ocorreram os primeiros descobertos de ouro, cuja abundância foi confirmada, a partir do final dos Seiscentos. Ora, o território da Comarca de Vila Rica correspondia ao *core* da área em questão, considerando os achados auspiciosos: no rio Piranga e afluentes, no chamado sertão do Guarapiranga, atribuídos a Duarte Nunes; em Ouro Preto, feitos por Manoel Garcia, nas vertentes dos córregos Tripuí e Passa Dez, por Antônio Dias, nas vertentes da serra do Ouro Preto e do Itacolomi, pelo Padre João de Faria, nos córregos que drenam o Itacolomi; e no ribeirão do Carmo e seus afluentes, descobertos por João Lopes Lima (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 17-41).

Esse território, que foi palmilhado, sobretudo, por paulistas e reinóis e, paulatinamente, povoado por ambos, além de uma numerosa população escrava, já era ocupado, sobretudo, nas suas bandas orientais, por gentios. Segundo Lima Júnior (1978, p.40), a Capitania já possuía, na época de sua criação, cerca de 250.000 habitantes, compreendendo 100.000 brancos e 100.000 pardos e mestiços¹,

¹ O autor citado não esclarece a diferença que atribuiu aos pardos e mestiços. Em outros documentos históricos sobre a população da Capitania, como a apresentada por Rocha (1995, p.182), a população aparece distribuída segundo as classes brancos, pardos e pretos

a par de 50.000 escravos africanos. O autor informa ainda que, em 1738, o “crescimento vertiginoso da população” continuava, orçando em mais de trezentas mil almas (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 40). Entretanto, já em uma obra dos Setecentos, Rocha (1995, p. 182), indica, para o ano de 1777, 319.769 almas, das quais 78.618 encontravam-se na Comarca de Vila Rica, a terceira mais povoada da Capitania, repartidas entre brancos, pardos e negros.

Considerando esse contingente populacional, acredita-se que um estudo toponímico realizado em mapas dessa região tão cobiçada no período setecentista mineiro não se fecha em si mesmo, antes, converte-se em fonte de aproximação e diálogo com outras ciências, oferecendo testemunhos linguísticos, valiosas informações que podem ser utilizadas em diversas áreas do conhecimento humano, dentre elas, a geografia, a geologia, a arqueologia, a biologia e a história. Isso se dá porque o topônimo, além de seu papel referencial, evidencia, também, caráter sígnico, sugerindo e apontando pistas, informações descritivas e designativas que ajudam a entender o passado e a interpretar fatos do presente.

Com vistas às expectativas expostas, foram estudados três documentos da cartografia histórica de Minas Gerais, elaborados nos Setecentos e início dos Oitocentos, a saber: “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas”, manuscrito aquarelado, medindo 38 cm x 45 cm, realizado em 1778, que se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército - AHEx, RJ; o “Mappa da Comarca de Villa Rica”, de 1779, que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional, e a “Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes”, de 1804, também pertencente ao Arquivo Histórico do Exército- AHEx, RJ (Figuras 1, 2 e 3). Os dois últimos mapas citados são também manuscritos e aquarelados, e apresentam um fino acabamento que inclui iluminuras, ou seja, elementos figurativos que adornam elementos cartográficos:

como título, no da Comarca; título, legenda e escala no segundo.

2. SOBRE A CARTOGRAFIA HISTÓRICA ESTUDADA E OS SEUS CARTÓGRAFOS

O Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas e o Mappa da Comarca de Villa Rica foram realizados por José Joaquim da Rocha, autor de uma importante e estudada produção cartográfica e de descrições histórico-geográficas da Capitania de Minas Gerais, datadas do último quartel do século XVIII. Estudos sobre a cartografia de Rocha podem ser encontrados em Ávila *et al* (1989), Costa *et al* (2002), Santos *et al* (2003), Costa *et al* (2004) e Furtado (2009, 2010), e sobre as monografias realizadas pelo autor, em Resende (1995). Nesses estudos, informa-se que Rocha, português, serviu aos governantes da Capitania de Minas Gerais, como militar, a partir do governo de D. Luis Diogo Lobo da Silva, entre 1763 e 1768, até 1778, quando ocorre sua baixa do serviço militar, na administração de D. Antonio de Noronha (1775-1780). Tendo formação ou a experiência de um engenheiro militar, elaborou mapas, como ele próprio registra na apresentação da monografia dedicada, em 1780, ao Governador e Capitão-General das Minas Gerais D. Rodrigo José de Menezes (1780-1783), quando registra: .

Nota-se que são do governo de D. Antônio de Noronha, vários mapas de Rocha, realizados para atender objetivos da administração da Capitania, incluindo-se entre eles o mapa da Comarca estudado neste trabalho, cuja relação apresenta-se a seguir: *Mappa da Capitania de Minas Geraes: que mandou fazer o Illmo. e Exmo. senhor D. Anto. de Noronha, governador e capitão genal. da mesma capitania; Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a capitania de Minas Geraes: que mandou descrever o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Capit am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações; Mappa da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes: esta descrição a mandou fazer o Illm. e Exmo. Senhor D. Antonio de Noronha governador, e Capitão general da mesma capitania conforme as mais certas e novas observações feitas com grade trabalho do seu autor.*

À produção de Rocha, já enumerada, juntam-se outros mapas, também autógrafos, realizados muito proximamente da data em que ocorre sua baixa do serviço militar, que correspondem a exemplares da produção citada sobre a Capitania e as Comarcas de Minas Gerais, com algumas diferenças referentes à mudança de escala e a ausência de iluminuras. Essas representações, com exceção a do mapa da Comarca de Sabará, pertencente ao acervo do Arquivo Público Mineiro, são encontradas no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, para citar a produção presente em instituições presentes em território nacional. Com relação a essa produção, na qual não se encontra referência ao Governador D. Antônio de Noronha, observa-se que o mapa da Capitania foi muitas vezes reproduzido. No acervo do AHEX/RJ, encontra-se, por exemplo, uma cópia realizada pelo Cap. João Pedro Gusmão N. Mariz, em 1854. Essa representação, que é manuscrita, medindo 36,5cm x 44,5cm, apresenta, entretanto, signos diferentes dos empregados por Rocha, no seu original, além de registrar como título apenas MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES. Já na BN/RJ, são encontradas cópias litografadas do Arquivo Militar, sem datas, que não contém, como a anterior, a fonte reproduzida, embora mantenha o título do original do mapa da Capitania citado. No acervo dessa Instituição também se encontra uma cópia manuscrita do mapa em questão, com o mesmo título do original, porém sem autoria e data. Por fim, voltando à produção original do autor em questão, observa-se que este produziu ainda dois outros mapas notáveis, antes do seu falecimento em 1804. Esses mapas são: *Mostrace neste mapa o julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas [rio Araguari] e parte da Capitania de Minas Geraes com a deviza de ambas as capitancias*, em 1780, que se encontra na Mapoteca do Itamaraty; e o Mapa do Rio Doce, em 1798, pertencente ao Arquivo Nacional

Além das características já informadas referentes aos mapas do autor estudado, destaque-se, sobre a sua representação da Capitania de Minas Gerais, que foi realizada na 1 : 304 400,00 (7,5 cm = 40 léguas), tendo seu cálculo baseado na suposição de que o valor da légua fosse o correspondente ao estabelecido pela metrópole portuguesa para sua colônia americana – 65 m



Fig. 1 - A comarca de Vila Rica, representação de José Joaquim da Rocha, realizada em 1779, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional, RJ. *Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos; Mouchrek, Najla M.*

ou 3000 braças, de acordo com Marques (2001, p. 53), uma vez que o cartógrafo não especifica seu valor. Nota-se também que o mapa foi realizado segundo a projeção chamada Plana Quadrada, considerando o meridiano de Ferro como a origem das medidas de longitude, embora este não esteja identificado na representação, que, entretanto, apresenta outros elementos de identificação de propriedades cartográficas, dentre os quais se destaca a legenda. O mapa da Comarca de Vila Rica corresponde também a uma projeção plana quadrada, apresentando a mesma origem das medidas de longitude que o mapa citado anteriormente, ainda sem identificá-la. O mapa em questão não apresenta legenda e sua escala é maior do que o do anterior, correspondendo a 1: 592 909,09 (22 cm = 20 léguas). No que diz respeito a essas escalas diferentes, é importante destacar que elas se encontram significativamente relacionadas a níveis de generalização cartográfica diferenciados.

O autor do terceiro mapa estudado é Caetano Luiz de Miranda que nasceu, em torno de 1774, no arraial Santo Antônio do Tijuco [Diamantina], na região chamada de Serro Frio, formado no início dos Setecentos, com as lavras de depósitos auríferos. Esse arraial, famoso, se tornou o centro do Distrito ou da Demarcação Diamantina, estabelecido pela Coroa portuguesa, em 1734, quando se confirmou a abundância de

jazidas de diamantes na área, correspondendo a um enclave político-administrativo, na Comarca do Serro e na Capitania de Minas Gerais, que gozava de governo próprio. Foi nele que Miranda viveu até o seu falecimento, em 1837, tendo trabalhado na poderosa Intendência dos Diamantes, destacando-se nas administrações de Modesto Antônio Mayer, de 1801 a 1807, e na de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, de 1807 a 1822.

Seu trabalho na Intendência, segundo Santos, Cintra e Costa (2009), deve ter sido um funcionário de muita confiança dos Intendentes da Demarcação, além de ser um dos notáveis do arraial do Tejuco, muito provavelmente em função da sua posição na Intendência. Se não, como explicar o fato de a Intendência dos Diamantes, sempre de acordo com os autores apontados, entre outros episódios que citam, ter enviado Miranda para representá-la, por ocasião da vinda do D. Pedro, à Capitania de Minas Gerais? Ocasão que, lembra-se, o Príncipe – Regente visava conclamar o apoio dos seus moradores à sua permanência no Brasil e a outras decisões contrárias às pretensões recolonizadoras da Corte, que foram o motivo próximo da independência do Brasil. Nesse caso, o *escripturario da contadoria da Extracção [Diamantina]*, como declarado na representação, segundo Santos, Cintra e Costa (2009) não

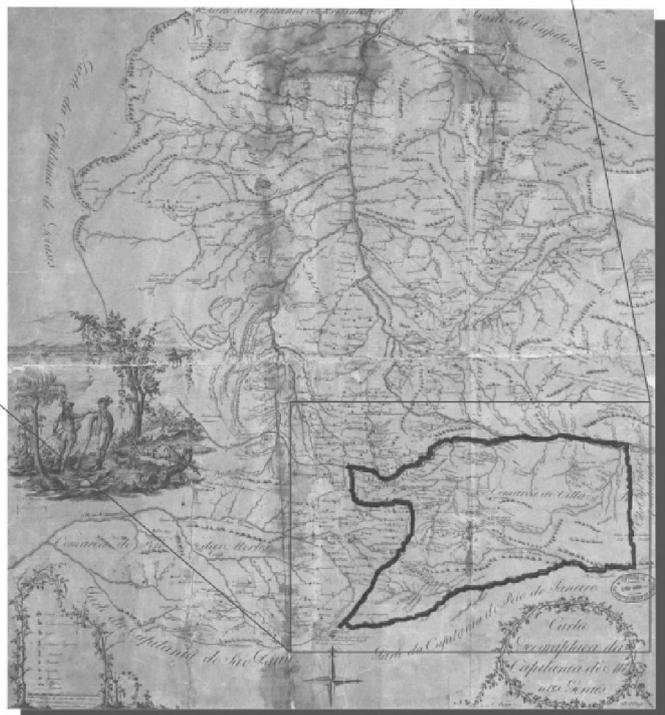
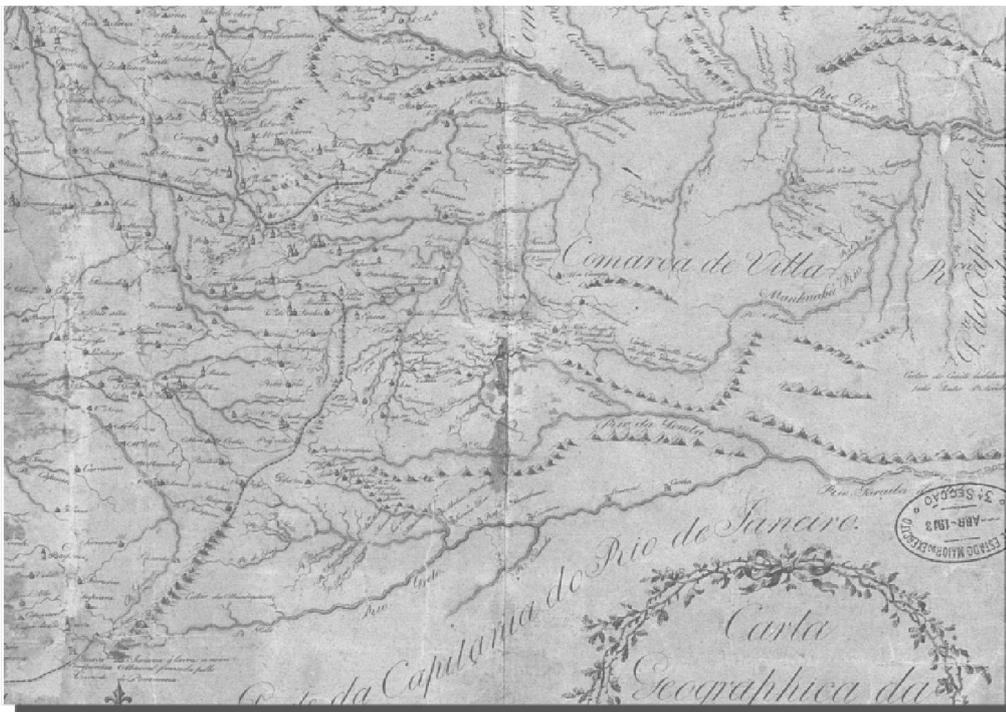


Fig. 3 - Representação da Comarca de Vila Rica, na “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes, realizada por Caetano Luis de Miranda em 1804, sob a guarda o Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.. Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos; Mouchrek, Najla M.

diamantes², datada de 1803, intitulada “Vista do Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro no Rio Jequitinhonha...”, oferecida pelo intendente Maier ao governador da Capitania de Minas

Gerais, entre 1803 a 1810, à Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo. Seu talento se estende também à cartografia. Dele são conhecidos o [Itinerário da] *Viagem de João Severiano Terrabuzi do Rio de Janeiro ate a Villa do Bom Successo em Minas Novas em 1814* e o *Mappa da Freguezia da Villa do Principe que contem á*

² A iconografia, um desenho a bico de pena e em aquarela, pertence ao acervo do Museu do Ouro, - MO, Sabará, MG.

*Nordeste a aplicação do Rio Preto: no Centro a Demarcação Diamantina, encravada nesta, e em parte da Freguezia do Rio Vermelho ao Oriente, e a Sueste o território da Villa do Príncipe, Itambé, Rio do Peixe e Guanhães.*³

Em que pese essa produção, nenhuma das informações levantadas sobre Miranda, pelos estudiosos já citados, revela traços de sua formação que o tivessem capacitado para a realização de trabalhos cartográficos. Sabe-se, porém, que seu pai, Antônio Pinto de Miranda (1730 – ca. 1790), tido também como um artista muito talentoso, é o autor de uma peça cartográfica, denominada “Planta do Arraial do Tijuco”, realizada em 1784.⁴ Provavelmente, *o talento de Miranda, um traço de família, e algum aprendizado com o pai o tornaram capacitado para o trabalho cartográfico e artístico, ensejado pela sua ocupação na intendência ou pela sua posição na comunidade do Tejuco* (Santos, Cintra e Costa, 2009).

A representação da Capitania de Minas Gerais, de Miranda, empregada neste estudo, também foi realizada segundo a mesma projeção empregada por Rocha, muito comum nos mapas coevos. Entretanto, essa cartografia foi realizada em um escala maior, cerca de 1:1.734.852,00 (7,5 cm = 20 léguas), e apresenta outras características distintivas em relação a de Rocha, entre elas, elementos da legenda e o meridiano de origem das medidas de longitude. O uso desse meridiano, muito bizarro, que foi identificado por Cintra e Santos (2009), é denominado Praia, em referência à ilha homônima capital do arquipélago de Cabao Verde.⁵

As escolhas dos autores e de seus mapas apresentados anteriormente foram norteadas

³ Esses mapas são do acervo do AHEX, RJ, e foram produzidos, respectivamente, em 1814 e 1820.

⁴ Essa representação cartográfica pertence ao AHEX, RJ. Nela encontra-se grafado “Teiuco”, no lugar de “Tejuco”.

⁵ Seu emprego que não era usual, na cartografia coeva foi usado também em outro mapa, anônimo, que deve ter sido realizado nos finais dos Setecentos, segundo estudo de Santos (2010), no. Semelhanças entre os dois mapas, sugeriram a Santos e Cintra (2011), a hipótese, confirmada, de o segundo mapa ter sido a base cartográfica do primeiro.

considerando que registram elementos geográficos planimétricos e altimétricos da mesma espécie ou natureza, embora se distingam em função da escala cartográfica e em relação ao grau de generalização da informação que apresentam, e, um deles, em razão da escala geográfica,. Eles correspondem a uma classe de mapas – corográficos, que compreende os topônimos que se quer conhecer, referentes: i) aos assentamentos da população – os povoados, as fazendas, os registros ou guardas; ii) aos elementos da hidrografia – rios, ribeirões e córregos; iii) aos elementos do relevo – geralmente, serras. Outro aspecto fundamental referente à escolha das fontes cartográficas consultadas, neste trabalho, diz respeito ao fato desses mapas já serem bastante estudados. Isso permitiu estabelecer o grau de fidedignidade das informações presentes em todos eles e a propriedade dos conceitos utilizados, possibilitando o uso dessas fontes com as devidas ressalvas.

Nesse sentido, foi devidamente considerada a questão, já registrada por Santos, Cintra e Costa (2009), sobre o fato de a tipologia das povoações apresentadas por Miranda, na Carta Geográfica da Capitania, incorrer em um erro conceitual, ao inserir uma categoria de povoação, que ele chama de arraial, hierarquicamente situado entre os povoados classificados como paróquias ou freguesias, e as capelas. Na Capitania de Minas Gerais, o termo arraial era adotado para designar qualquer povoação que ainda não tinha o estatuto de vila ou cidade. Tendo em vista essa ressalva, os estudos já realizados, notadamente o já citado e o de Santos (2010), puderam também estabelecer, apoiando-se em dicionários históricos geográficos, monografias e outras fontes bibliográficas, a classificação político-administrativa dessas povoações, tipificadas, dentre outras classificações, como arraiais, segundo seu estatuto na época de elaboração do mapa. Assim, a classificação proposta por Miranda é empregada, embora fazendo as retificações necessárias. Além dessa questão, outra exposta em um estudo mais recente de Santos e Cintra (2011) ainda foi considerada em relação ao uso do mapa de Miranda, uma vez que os limites orientais da comarca de Vila Rica não estão corretamente posicionados – situados que estão à leste do Caminho Novo, ao longo do seu adentramento na Capitania de Minas, antes

de chegar na sua primeira bifurcação, na capela chamada Igreja Nova.

Em relação aos mapas de Rocha, o conhecimento de seu trabalho, bem como as análises do mesmo realizadas para a pesquisa que nos ocupa, permitiram afirmações sobre a fidedignidade dos seus dados, quando cotejados com outras fontes de informações sobre a corografia de Minas Gerais, emprestando este termo de Aires Casal (1976), citando ele próprio e notadamente Barbosa (1995) e Carvalho (1920). Essas análises estão sugerindo inclusive a adoção dos mapas em foco como fontes a serem consideradas nos estudos sobre os topônimos mineiros. Apesar da qualidade dos dados da cartografia de Rocha que se destaca, o fato de sua representação sobre a Comarca de Vila Rica não apresentar legenda constitui um problema. Este, no entanto, foi superado, após análises minuciosas sobre a localização e os significantes dos signos cartográficos que apresenta, comparativamente à localização, os significantes e os significados dos signos presentes em outros mapas do autor, como os que representam a Capitania e as Comarcas. Enfim, o trabalho efetuado permite afirmar que os significados dos referentes toponímicos presentes nos mapas das Comarcas podem ser decodificados pela legenda presentes no Mapa da Capitania de Minas Gerais analisado neste trabalho.

3. A TOPONÍMIA: O ESTUDO DOS NOMES DE LUGARES

A toponímia é um dos ramos da *Onomástica* – ciência que tem por objeto o estudo de nomes próprios, tanto de pessoas como de lugares. A *Antroponímia* e a *Toponímia* se constituem de elementos lingüísticos que conservam antigos estágios denominativos. Ao estudo de nomes próprios de pessoas – nomes próprios individuais, nomes parentais ou sobrenomes e às alcunhas ou apelidos dá-se o nome de *Antroponímia*; já a *Toponímia* se integra à *Onomástica* como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares. Constitui-se de enunciados lingüísticos, formados por um universo transparente significante que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou

preexistente⁶, conforme aponta Dick (1990a):

Exercendo na Toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990a, p. 21-22).

Por serem iconicamente simbólicos, os nomes de lugares nos fornecem valiosas informações: i) apontam a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão, de sítios desaparecidos; ii) oferecem descrições precisas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indicam a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) apontam um amplo *corpus* de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) indicam um vasto repertório popular que designa espécies vegetais; vi) fornecem conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados.

Examinando as motivações toponímicas sob o ângulo do ambiente, tem-se, nas pesquisas atuais, agrupado os topônimos em duas grandes divisões, a saber: nomes de lugares motivados por natureza física e nomes de lugares motivados por natureza antropocultural, ou seja, examinam-se as motivações toponímicas sob o ângulo do ambiente físico e social. Tal postura encontra

⁶ SEABRA (2004, p. 36).

respaldo em SAPIR que diz não acreditar na força ambiental isolada, mas sim condicionada à força social:

Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (SAPIR, 1961, p. 44).

Embora haja dois grupos de fatores ambientais, o fator físico só se reflete na língua quando, sobre ele, atuou a força social, ou seja, o surgimento de um símbolo linguístico reporta-se à influência da parte social do ambiente, aos membros do grupo que nele interagem. De acordo com Seabra (2004, p. 55), “em um estudo toponímico, tal fato é bastante evidente, já que no seu léxico se enxerga a cultura de um povo”.

Sobre os topônimos de natureza física, podemos ainda dizer que a nominalização de um lugar não representa – em sua imensa maioria – um fato arbitrário, ao contrário costuma ser totalmente racional e descritivo da realidade geográfica. Em outras palavras, o topônimo tem um caráter preciso e essencialmente utilitário, merecendo por isso ser estudado.

Nesta pesquisa, na qual propomos realizar estudo toponímico sobre a Comarca de Vila Rica, detivemo-nos na análise de topônimos que foram motivados pela natureza física. Para isso, adotando um critério metódico de organização das idéias, seguimos as taxionomias toponímicas sugeridas e adotadas por Dick (1990b), que distribui as taxes de natureza física em: astrotopônimos – nomes que remetem a corpos celestes, com ou sem luz própria; cardinotopônimos – nomes que fazem referência à posição geográfica; cromotopônimos – nomes de lugares que fazem referência à cor; dimensiotopônimos – nomes que se revestem do sentido de extensão, comprimento, largura, dimensão, profundidade; fitotopônimos – nomes de lugares motivados por nomes de plantas;

geomorfotopônimos – nomes de lugares que têm por motivação a geografia; hidrotopônimos – nomes de lugares cuja motivação é a água; litotopônimos – nomes de lugares de índole mineral; meteorotopônimos – nomes que remetem à idéia de fenômenos produzidos na atmosfera terrestre; morfotopônimos – nomes cujo sentido lembra as formas geométricas; zootopônimos – nomes motivados pelo mundo animal.

4. TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS DE MOTIVAÇÃO FÍSICA, PRESENTES NOS CORPORA

Analisando os três documentos da cartografia histórica de Minas Gerais, destacamos, no “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas”, datado de 1778, de autoria de José Joaquim da Rocha, taxionomias de natureza física e antropocultural, nomeando 10 acidentes físicos e 16 acidentes humanos, ou seja, 26 acidentes no total⁷. Já o “Mappa da Comarca de Villa Rica”, datado de 1779, também de autoria de José Joaquim da Rocha, apresenta, em comparação ao documento de 1778, que tem uma escala menor, um número bem maior de acidentes, tanto físicos quanto humanos, respectivamente 46 físicos e 64 humanos, contabilizando, então, 110 topônimos. Rocha amplia os acidentes físicos, acrescentando mais rios e ribeirões; e apresenta, pela primeira vez, os acidentes *ilha*, *cachoeiras* e *serras*. Os acidentes humanos também se expandem: são apresentadas 9 paróquias e 29 capelas a mais que o documento anterior. Neste mapa, José Joaquim da Rocha destaca, ainda, *fazendas* – acidente humano não mencionado no documento de 1778. Por sua vez, na *Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes*, documento de 1804, de autoria de Caetano Luiz de Miranda, em relação aos mapas de Rocha, mostra menos rios e ribeirões,

⁷ Acidente: Trata-se da natureza semântica da denominação, ou seja, o vínculo entre o nome e o lugar. Divide-se em humanos e físicos. Ao acidente físico está relacionada a geografia da região: rio, ribeirão, cachoeira, córrego, morro. Já ao acidente humano, relacionam-se os lugares habitados pelo homem e as construções por ele realizadas como cidade, distrito, povoado, fazenda, sítio, pequenas propriedades, habitações isoladas no meio rural, pontes. (SEABRA, 2004, p. 49)

uma serra a mais e não menciona ilhas, nem cachoeiras. São apresentados, na sua totalidade, 17 acidentes físicos. Em se tratando de acidentes humanos, Miranda os classifica como *cabeça de comarca, vila, arraial freguesia, arraial e quartel*, contabilizando um número de acidentes humanos menor, do que o apresentado por Rocha em 1779, a saber 58 acidentes, que perfazem 75 topônimos no total.⁸

Desses *corpora*, importa destacar com vistas à consecução dos objetivos desse trabalho, os nomes de lugares de natureza física que designam acidentes físicos e humanos. Assim é que em relação aos Topônimos de natureza física presentes no *Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas, dos 10 acidentes físicos, correspondentes a rios e ribeirões constantes no documento de Rocha, datado do ano de 1778, 8 tiveram seus nomes motivados pela natureza física, a saber: R^o da Casca, R^o da Pomba, R^o Doce, R^o Guandú, R^o Manhuassú, R^o Paraíba, R^o Percicaba, R^o Piranga*. Em se tratando dos 16 acidentes humanos já arrolados, 8 foram motivados pela natureza física: as paróquias *Catas Altas, Comgonhas, Cuiate, Itaubira, Ouro Branco, Piranga*; e as capelas *Abre Campo, Barra do Bacalhao*.

No que concerne aos topônimos de natureza física presentes no *Mappa da Comarca de Villa Rica*, nos 46 acidentes físicos, legendados neste documento, 23 tiveram como motivação a natureza física: rios e ribeirões (19) – R^o Bananal, R^o. Congonhas, R^o. da Casca, R^o Cuiaté, R^o. do Peixe, R^o. Dossee, R^o Guandú, R^o. Itaubira, R^o Manhoasú, R^o. Paraopeba, R^o. Percicaba, R^o. Perpetinga, R^o. Piranga, R^o. Onça Grande, R^o Corrente, R^o Sasui Grande, R^o Sasui Pequeno R^o. Turvo Limpo, R^o. Turvo Sujo; cachoeiras (3) – Caxr.^a Baguare, Caxr.^a Boturuna, Escadinhas; serra (1) - Serra Buturuna. Dos 64 acidentes humanos, presentes nesse mapa, 18 foram nomeados levando-se em conta a motivação física: paróquias (9) – Barra longa, Caxoeira, Catas altas, Congonhas, Itaubira, Ititiaya, Ouro Branco, Piranga, Sumidouro; capelas (6) – Abre Campo, Barra do Bacalhao, Calambao, Gravaldo,
⁸ Os “quartéis” Cunha, Ericeira, João de Araújo, Louriçal, Matias Barbosa, Reg^o do Paraibuna, Simão Pra. não serão considerados para estudo pois pertencem à Comarca do Rio das Mortes.

Lavras Novas, Varge; fazendas (3) – Capão do Lana, Chapada, Lavrinha.

Por sua vez, os topônimos de natureza física presentes na *Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes*, dentre os 17 acidentes físicos mostrados nesta carta, 6 foram nomeados tendo em vista a motivação física: rios e ribeirões (5) – Manhuassu Rio, R. Gauandu, R. Bannal, R. Cuiete, Rio da Pomba; serras (1) – Serra Escuro. Em se tratando dos 58 acidentes humanos, esta carta mostra que 12 foram nomeados tendo em vista sua natureza física: arraial freguesia (5) – Cachoeira, Catas Altas, Congonhas, Itabira, Ouro Branco; arraial (3) –, Catas altas, Piranga, Sumidouro; capelas (2) – Abre Campo, Calambao, fazendas (2) – Bigauçu, Casca.

Os topônimos destacados, todos motivados por natureza física, são registrados a seguir no formato de verbetes, por ordem alfabética, destacando taxionomias, de acordo com modelo de Dick (1990b, p. 31-34), inserindo-os na rede onomástica do séculos XVIII e XIX. Além disso, são anotadas as origens dos topônimos, bem como sua atualização em termos do seu nome e da localização geográfica, além de origens. Observamos que a propósito da atualização do topônimo e da localização geográfica foram consultados: Barbosa (1995); Instituto de Geociências Aplicadas e Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1993); e Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Instituto de Geociências Aplicadas- IGA (2002).
A

ABRE CAMPO – Dimensiotopônimo⁹ ▪ *português* <¹⁰ latim ▪ Nomeia capela em Rocha (1978, 1979) e em Miranda (1804). ▪ Atualmente, é sede municipal; localiza-se na microrregião de Manhuaçu, mesorregião da Zona da Mata, Minas Gerais.

B
BAGUARE – Dimensiotopônimo ▪ *tupi* (maɣa'ri) ▪ Nomeia cachoeira [Caxr.^a Baguare] em Rocha (1979). ▪ Que é corpulento, vagaroso, pesado. Dicionarizado na forma *Baguari* (FREIRE, ⁹ Topônimo relativo às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade.

¹⁰ O sinal “<” significa “oriundo de”.

1957).

BANANAL – Fitotopônimo¹¹ ▪ *africano + português* (sufixo *-al*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R⁰Bananal] em Rocha (1979) e [R. Bannal] Miranda (1804). ▪ Raymundo (1933, p.105) mostra que *banana* é um vocábulo que gera controvérsias quanto a sua origem, entretanto o reconhece como de origem africana. Já Senna (1926, p.234-235) aponta-o como de origem índico-asiática, transplantado para a África: “Em Minas, todos os toponimos derivados desta palavra e planta índico-asiática transplantadas do Oriente para o continente negro e dahi vindas para o Brasil por intermédio do tráfego com a costa africana de Oéste (Atlantico), são bastante communs, havendo povoações, fazendas, rios, sitios e logares conhecidos com o nome de *Bananal* e de *Bananeiras*. [...] *Banâna* já é reputado nome africano affeiçãoado pela língua congaleza.”

BOTURUNA OU BUTURUNA – Geomorfotopônimo¹² ▪ *tupi* (*yby + atyra + uma*) ▪ Nomeia serra [Serra Buturuna] e cachoeira [Caxr.^a Boturuna] em Rocha (1779). ▪ Monte Negro. (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1303).

BARRA DO BACALHAU – Geomorfotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia capela [Barra do Bacalhau] em Rocha (1978 e 1979). ▪ Atualmente, é sede municipal; localiza-se na microrregião de Ponte Nova, mesorregião da Zona da Mata, Minas Gerais. ▪ Senna (1926, p.240) diz que o topônimo *barra* “é das denominações locais mais communs em Minas, havendo sitios, povoados e bairros desse nome [...] além das localidades de nomes compostos com a palavra *Barra*. [...] Conforme o rio ou ribeirão, que faz *barra* em outro, tomam varios logares de Minas os nomes, *verbi-gratia*, de [...] ‘Barra do Bacalhau’ (no rio Piranga); ‘Barra do Manhuassú’ (no Rio Doce); ‘Barra de Santo Antonio’ (no mesmo Rio Doce), etc. É o mesmo que *foz* ou *embocadura*, e a *barra* indica o ponto da confluência, em que uma corrente desagua noutra (rio, ribeirão, córrego ou riacho). Além do termo peculiar à geographia physica brasileira, ocorre-nos ainda dizer que esse nome *barra* nos veio do céltico para o portuguez, com os significados vernáculos de tranca de ferro; peça de leme; entrada estreita de um porto, etc.” Sobre o termo *bacalhau* Silveira (1921, p.91) destaca: “este nome lembra

11 Topônimos de índole vegetal.

12 Topônimos relativos às formas topográficas.

um machinismo realmente curiosissimo alli empregado em tempos coloniaes – uma machina movida pelas aguas desse ribeirão, destinada a açoitar os escravos então empregados nos trabalhos de mineração. O açoite era naquella época, e ainda hoje, conhecido sob o nome de *bacalhau*, creio que por se empregarem, par o alvitante supplicio, cordas designadas por esse mesmo nome.” Houaiss (2001) confirma a informação acima, definindo *bacalhau* como ‘chicote de couro cru, trançado ou retorcido, usado para castigar escravos’, sendo nesta acepção considerado brasileiro. Apoiando-se em Artur Ramos¹³, Souza (1960, p.50) apresenta *bacalhau* também como “chicote com que se açoitavam os escravos”, corroborando as explicações dos demais autores citados.

BARRA LONGA – Geomorfotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia paróquia [Barra longa] em Rocha (1779) ▪ Atualmente, é sede municipal; localiza-se na microrregião de Ponte Nova, mesorregião da Zona da Mata, Minas Gerais. ▪ Conforme Trindade (1917), citado por Seabra (2000, p.112), a origem do nome *Barra Longa* se deve ao encontro dos seus dois grandes rios Carmo e Gualaxo que formavam uma ‘grande barra’ perto de onde foi construída por seu fundador, Mathias Barboza, a ‘Fazenda dos Fidalgos’, ou a ‘Fazenda da Barra’.

BIGAUÇU – Zootopônimo¹⁴ ▪ *tupi* (*biguá + açu*) ▪ Nomeia fazenda [Bigauçu] em Miranda (1804) ▪ Ave de tamanho grande, da família dos Carbonídeos; corvo-marinho, pata-d’água; persegue os cardumes de peixe (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1090).

C

CALAMBAU – Fitotopônimo ~¹⁵ Morfotopônimo ▪ *indígena* (*puris*¹⁶, *família lingüística do tronco macro-jê*) ▪ Nomeia capela [Calambao] em Rocha (1779) e em Miranda (1804) ▪ Vidigal (2003, p. 17) destaca duas etimologias e, em razão disso, dois significados são dados ao termo *calambau*: “uma fazendo-o derivar de *kala e ambausa*, significando *mato ralo*. Foi o conhecido lingüista Napoleão Reis quem o

13 RAMOS, Artur. *Aculturação Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942, pág.104.

14 Topônimos de índole animal.

15 O sinal “~” indica variante.

16 Origem duvidosa.

afirmou. E outra de *caram-ba-y*, isto é: *lugar onde o rio faz curvas*. Foi o sério historiador Alfredo de Carvalho quem o certificou.” ▪ Atualmente, Presidente Bernardes, que substituiu o antigo topônimo Calambau, é sede municipal; microrregião de Viçosa, mesorregião Zona da Mata, Minas Gerais.

CACHOEIRA – Hidrotopônimo¹⁷ ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia paróquia [Cachoeira] em Rocha (1779) e arraial freguesia [Cachoeira] em Miranda (1804) ▪ Teve seu nome expandido para Cachoeira do Campo sendo, atualmente, distrito do município de Ouro Preto; microrregião de Ouro Preto, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

CAPÃO DO LANA – Fitotopônimo ▪ *tupi* (*kaa'paĩ*) + *francês* (*sobrenome Lane*) ▪ Nomeia fazenda [Capão do Lana] em Rocha (1979) ▪ De acordo com Cunha, (1978, p. 94), *capão* é um termo indígena que significa “pequeno bosque insulado num descampado”.

CASCA – Litotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio e ribeirão [R^o da Casca] em Rocha (1778 e 1779); e fazenda [Casca] em Miranda (1804). ▪ *Casca* advém de *cascalho* ‘conjunto de lascas de pedra’. ▪ Atualmente, é chamada Rio Casca..

CATAS ALTAS – Geomorfotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia paróquia [Catas Altas] em Rocha (1778 e 1779); arraial freguesia [Catas Altas] e arraial [Catas altas] em Miranda (1804). ▪ Atualmente é sede municipal; microrregião de Itabira, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. ▪ De acordo com Machado (1984), “Cata(s) é derivação regressiva de ‘catar’ ‘procurar’. O nome deve-se à lavra mineira que se verificou no local nos fins do século XVIII. O adjetivo refere-se às profundas escavações que se tornou necessário fazer para conseguir obter o minério do ouro.”

CHAPADA – Geomorfotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia fazenda [chapada] em Rocha (1779) ▪ Extensão de terreno de superfície regular e horizontal; planície (HOUAISS, 2001).

CONGONHA – Fitotopônimo ▪ *tupi* ▪ Nomeia paróquia [Comgonhas] em Rocha (1778) e [Congonhas] em Rocha (1979); rio ou ribeirão [Congonhas] em Rocha (1979) e arraial freguesia [Congonhas] em Miranda (1804). ▪ Nome

¹⁷ Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral.

comum a diversas plantas do gênero *Ilex*, semelhantes ao mate (CUNHA, 1978, p. 112). ▪ Atualmente é sede municipal, chamando-se Congonhas; microrregião de Conselheiro Lafaiete, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

CORRENTE – Hidrotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio, ribeirão [Corrente] em Rocha (1779) ▪ Movimento ou fluxo próprio das águas; correnteza.

CUIETÉ – Fitotopônimo ▪ *tupi* (*cuia + atê*) ▪ Nomeia paróquia [Cuiate] em Rocha (1778); rio ou ribeirão [R^o Cuiaté] em Rocha (1779) e [R. Cuiete] em Miranda (1804). ▪ Cabaça grande, própria para cuias (*Crescentia cuietê*) (GREGÓRIO, v. 2, 1980, p. 631). ▪ Atualmente, Cuité Velho é distrito de Conselheiro Pena; microrregião de Aimorés, mesorregião do Vale do Rio Doce, Minas Gerais.

D

DOCE – Hidrotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio, ribeirão [R^o Doce] em Rocha (1778) e [R^o Dossee] em Rocha (1779). ▪ Diz-se da água que não é salgada (cf. Houaiss 2001). ▪ De acordo com Silva (1997, p. 50), “o *Rio Doce* que, tendo sua nascente nas imediações de Ouro Preto e Mariana, vai-se engrossando com as águas de muitos ribeirões até que recebe seus afluentes Piranga, Gualaxo, Casca, Piracicaba, Santo Antônio, Guanhões, Cuieté, Corrente, Saçuí Pequeno e Grande, Manhuaçu e outros ribeirões; atravessa a Província do Espírito Santo e entra no oceano perto de Linhares. Este rio, que serve às zonas leste e sul, apresenta uma extensão navegável de 140 quilômetros desde a Figueira até o Porto do Souza, limite da província com a do Espírito Santo.”

E

ESCADINHAS – Morfotopônimo¹⁸ ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia cachoeira [Caxr.^a Escadinhas] em Rocha (1779). ▪ Aquilo que lembra ou remete a degraus.

ESCURO – Cromotopônimo¹⁹ ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia Serra [Escuro] em Miranda (1804). ▪ Sombrio, tenebroso, pouco claro.

¹⁸ Topônimos que remetem ao sentido de forma.

¹⁹ Topônimos que remetem à cor.

G

GRAVALHO – Fitotopônimo ▪ *origem obscura*²⁰ ▪ Nomeia capela [Gravalo] em Rocha (1779). ▪ Mesmo que caruma (‘folha de pinheiro seco’), segundo Houaiss (2001).

GUANDÚ – Fitotopônimo ▪ *africano (provavelmente do conguês ‘uanu’)*²¹ ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Rº Guandu] em Rocha (1778), [Rº Guandú] em Rocha (1779) e [Gauandu] em Miranda (1804). ▪ Espécie de feijão.

I

ITABIRA – Litotopônimo²² ▪ *tupi (itá + byra)* ▪ Nomeia paróquia [Itaubira] em Rocha (1778) e [Itaubira] em Rocha (1979); rio ou ribeirão [Rº. Itaubira] em Rocha (1779); e arraial freguesia [Itabira] em Miranda (1804). ▪ Pedra levantada; empinada ou aguda (cf. Gregório, v. 2, 1980, p. 761). ▪ Atualmente, com a denominação Itabirito é sede de município; localizado na microrregião de Ouro Preto; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

ITATIAIA – Litotopônimo ▪ *tupi (itá + atiaia)* ▪ Nomeia paróquia [Ititiaya] em Rocha (1779). ▪ Pedra de pontas aguçadas (cf. Gregório, v. 2, 1980, p. 783). ▪ Atualmente, Itatiaia é um povoado no município de Ouro Branco; microrregião de Conselheiro Lafaiete, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

L

LAVRAS NOVAS – Litotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia capela [Lavras Novas] em Rocha (1779). ▪ Terreno de mineração (HOUAISS, 2001). ▪ De acordo com Machado (1984), os topônimos constituídos a partir do termo *lavras* “estão situados em regiões antigamente notáveis na extração do ouro.” ▪ Atualmente, *Lavras Novas* é povoado do município de Ouro Preto; localizado na microrregião de Ouro Preto; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

LAVRINHA – Litotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia fazenda [Lavrinha] em Rocha (1779). ▪ Terreno de mineração de pequena extensão.

M

²⁰ Segundo HOUAISS (2001)

²¹ CUNHA (1982)

²² Topônimos de origem mineral; relativos também à constituição do solo.

MANHUAÇU – Meteorotopônimo²³ ▪ *tupi (amaná + açú)* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Rº Manhuasú] em Rocha (1778), [Rº Manhoasú] em Rocha (1779) e [Manhuassu Rio] em Miranda (1804). ▪ Chuva grossa, aguaceiro, tempestade (GREGÓRIO, v. 2, 1980, p. 389).

O

ONÇA GRANDE – Zootopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Rº. Onça Grande] em Rocha (1779). ▪ Mamífero carnívoro da família dos felídeos (*Felis onça*).

OURO BRANCO – Litotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia paróquia [Oiro Branco] em Rocha (1778), paróquia [Ouro Branco] em Rocha (1779), arraial freguesia [Ouro Branco] em Miranda (1804). ▪ Atualmente, *Ouro Branco* é sede de município; microrregião de Conselheiro Lafaiete, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

P

PARAÍBA – Hidrotopônimo ▪ *tupi (mbará + aíba)* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Rº Paraíba] em Rocha (1778) ▪ Rio ruim; acidentado (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1007).

PARAOPEBA – Hidrotopônimo ▪ *tupi (mbará + ipi, por pyp = fundo + peba)* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Rº. Paraopeba] em Rocha (1779). ▪ Rio de fundo raso²⁴ (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1008).

PEIXE – Zootopônimo ▪ *português < latim* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Rº. do Peixe] em Rocha (1779). ▪ Denominação comum aos animais vertebrados aquáticos, geralmente ovíparos e de respiração branquial, com esqueleto ósseo ou cartilaginoso, providos de nadadeiras e pele geralmente coberta de escamas.

PIRACICABA – Zootopônimo ▪ *tupi (pira + cycaba)* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Rº Percicaba] em Rocha (1778) e [Rº. Percicaba] em Rocha (1779) ▪ Chegada do peixe; o peixe sobre o rio para a desova, sendo fácil apanhá-los (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1052).

PIRAPETINGA ~ PIRAPITINGA – Zootopônimo ▪ *tupi (pira + pitinga = mancha branca na pele)*

²³ Topônimos relativos a fenômenos atmosféricos.

²⁴ “[...] é como consta na Carta de Sesmaria de M. da Borba Gato, publicada na Rev. do Arquivo Público Mineiro-6, Livro 2, pág. 48; nome de rio da margem direita do S. Francisco e de cidade de Minas”. GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1008).

▪ Nomeia rio ou ribeirão [R^o. Perpetinga] em Rocha (1779) ▪ Peixe com manchas brancas na pele; espécie de sardinha branca: peixe fluvial da família dos Caracídeos (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1058).

PIRANGA – Zootopônimo ▪ *tupi* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R^o Piranga], paróquia [Piranga] em Rocha (1778); rio ou ribeirão [R^o. Piranga], paróquia [Piranga] em Rocha (1779); arraial [Piranga] em Miranda (1804). ▪ Peixe vermelho (SILVEIRA Bueno, 1998). ▪ Atualmente, Piranga é sede municipal; microrregião de Viçosa; mesorregião Zona da Mata, Minas Gerais.

POMBA – Zootopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R^o da Pomba] em Rocha (1778) e [R^o da Pomba] em Miranda (1804). ▪ Denominação comum a várias aves da família dos columbídeos, granívoras, com bico curto.

S

SASUI GRANDE – Hidrotopônimo ▪ *tupi* (*saçu* + *y*) + *português* (*grande*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R^o Sasui Grande] em Rocha (1779). ▪ Rio dos beija-flores (GREGÓRIO, v. 2, 1980, p. 674).

SASUI PEQUENO – Hidrotopônimo ▪ *tupi* (*saçu* + *y*) + *português* (*pequeno*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R^o Sasui Pequeno] em Rocha (1779). ▪ Rio dos beija-flores (GREGÓRIO, v. 2, 1980, p. 674).

SUMIDOURO – Hidrotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia paróquia [Sumidouro] em Rocha (1779) e arraial [Sumidouro] em Miranda (1804). ▪ Local por onde desaparece um curso de água que passa a ter leito subterrâneo (MACHADO, 1984). ▪ As informações de Barbosa (1995, p. 234), sobre a data de elevação do arraial em freguesia, entre 1742 e 1745, coincide com a informação presente no mapa de Rocha da Comarca de Vila Rica, de 1779, pertencente à BN, e nas registradas em sua monografia (1995, p. 97). Na sua monografia consta como uma freguesia do termo de Mariana. ▪ Atualmente, chamando-se Padre Viegas, é distrito de Mariana; microrregião de Ouro Preto, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

T

TURVO LIMPO – Cromotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Turvo Limpo] em Rocha (1779). ▪ Que é embaçado e limpo.

TURVO SUJO – Cromotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Turvo Sujo] em

Rocha (1779). ▪ Que é embaçado e sujo.

V

VARGEM – Geomorfotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia capela [Varge] em Rocha (1779) ▪ Planície fértil e cultivada, em um vale (HOLANDA FERREIRA, 1987) ▪ Segundo Sousa (1960: 207-208), os vocábulos *varge*, *vargem* e suas variantes chegaram ao Brasil muito cedo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas*, datado de 1778, de autoria de José Joaquim da Rocha, legenda 26 logradouros. Salienta-se que, desse *corpus*, são de natureza física, 80% dos topônimos referentes aos acidentes físicos; e 50% dos topônimos referentes aos acidentes de natureza humana. Já o *Mappa da Comarca de Villa Rica*, datado de 1779, também de autoria de José Joaquim da Rocha, apresenta 110 acidentes. Dos 46 acidentes físicos, legendados neste documento, 23 ou, em termos percentuais, 50%, tiveram como motivação a natureza física; em um número menor, 18 ou 28% dos topônimos, referentes aos acidentes humanos, receberam também a mesma motivação. Por sua vez, a *Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes*, datada de 1804, de autoria do brasileiro Caetano Luiz de Miranda, aponta-nos 17 acidentes físicos e 58 acidentes humanos. Dos acidentes físicos, 35% foram nomeados tendo em vista a motivação física; e, em se tratando dos 58 acidentes humanos, 20% foram, também, nomeados tendo em vista a natureza física.

Destacamos que, em todos os três documentos analisados, ao observarmos os acidentes físicos e humanos, vimos que a motivação toponímica de natureza física é maior em se tratando dos acidentes físicos. Ora, isso é esperado, uma vez que a natureza física do topônimo (ou a motivação oriunda do ambiente natural) remete-o ao acidente físico (rio, ribeirão, cachoeira, morro, etc.), ou ao seu referente, também, natural. Desse modo, somando todos os três documentos, predomina a hidrotoponímia (8 ocorrências), em segundo lugar a fitotoponímia e a zootoponímia (7 ocorrências cada uma), em terceiro lugar, a litotoponímia e a geotoponímia (6 ocorrências cada uma).

Em números menores: cromotoponímia (3 ocorrências), dimensiotoponímia (2 ocorrências), morfotoponímia e meteorotoponímia (com 1 ocorrência cada).

Os hidrotopônimos estudados são de origem portuguesa (*Cachoeira, Corrente, Doce, Sumidouro*); tupi (*Paraíba, Paraopeba*); híbridos (*Sasuí Grande e Sasuí Pequeno*). Quanto aos fitotopônimos, é interessante observar que nenhum deles tem origem só na língua portuguesa; chamamos atenção para os híbridos *Bananal* (africano + português), *Capão do Lana* (tupi + sobrenome de origem francesa); o de origem obscura *Gravalho*; o africano *Guandú*, havendo predominância, nessa taxa, da origem tupi: *Calambau, Congonha, Cuieté*. Na zootoponímia predomina a língua tupi: *Bigauçu, Piracicaba, Pirapetinga, Piranga*. Os nomes de origem portuguesa são: *Onça Grande, Peixe, Pomba*. Os litotopônimos são, também, em sua maior parte de origem portuguesa (*Casca, Lavras Novas, Lavrinha, Ouro Branco*); havendo dois de origem tupi: *Itabira, Itatiaia*. E, por fim, os geomorfotopônimos são, na sua grande maioria, também, de origem portuguesa: *Barra do Bacalhau, Barra Longa, Catas Altas, Chapada, Vargem*; e um, *Botoruna*, de origem tupi.

A predominância de nomes tupi pode ter sua justificativa na origem das pessoas que adentravam o sertão em fins do século XVIII e no século XIX. A bibliografia existente, como Gusmão (1694), identifica-as como um conjunto heterogêneo de pessoas com predominância de mamelucos, com número menor de portugueses ou filhos de portugueses com mulher branca – esses os líderes. Havia, ainda, os índios e descendentes brancos de portugueses já radicados na terra que falavam a língua geral. Segundo Silva Neto (1950, p. 89-91), até pelo menos o início ou meados do século XVIII, havia um predomínio quase total dessa língua geral ou koiné de origem tupi: “(...) foi essa koiné, falada na costa, que invadiu o interior com as bandeiras e as entradas”. A toponímia de origem tupi documenta a presença desses índios e descendentes de brancos: o comando era português, mas quem conhecia a natureza e os acidentes geográficos da *terra brasilis* era o índio, portanto, os nomes dos referentes vinham de sua língua, principalmente quando esses nomes não interessavam, do ponto de

vista econômico, ao sertanista da época, como é o caso dos nomes de lugares motivados por nomes de plantas (todos de origem tupi). Como a convivência desses sertanistas e bandeirantes não se deu de forma pacífica com os povos indígenas que habitavam o território mineiro nessa época, pertencentes ao tronco macro-gê; coube aos índios tupi, que vieram, sobretudo, do sul, acompanhando as bandeiras paulistas, nomear, significativamente, junto com os portugueses, a terra recém-conhecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, C. et al. Cartografia e Inconfidência: Considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha. **Anal. & Conj.**, Belo Horizonte, v. 4, nos 2 e 3, maio/dezembro de 1989. P. 373-392.

BARBOSA, W. de A. **Dicionário histórico Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995. 382p.

CASAL, M. A. de. **Corografia Brasilica ou Relação histórica-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. 342p.

CARVALHO, T. F. **Comarcas e Termos: Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de Comarcas e Termos em Minas Geraes (1709-1915)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas geraes.

CINTRA, J. P.; SANTOS, M. M. D.; COSTA, A. G. A Capitania de Minas Gerais no Início dos Oitocentos, segundo a Cartografia de Caetano Luiz de Miranda: Informações Fidedignas? **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**. Belo Horizonte. Volume XX, tomo II- 2011. p. 267- 300.

CINTRA, J. P.; SANTOS, M. M. D. dos. Análise Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**. Belo Horizonte. Volume XX, tomo I- 2011. p. 67-89.

CUNHA, A. G. **Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi**. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 357p.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova

- Fronteira, 1987. 839p.
- DICK, M. V. de P. do A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a. 387p.
- DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo, 1990b. 31-34p.
- FURTADO, J. F. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 17, n.2, p. 155-187, jul.- dez.2009.
- FURTADO, J. F. Um cartógrafo nas Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano XLVI, N. 2, julho-Dezembro de 2010, p. 153 – 159.
- GREGÓRIO, I. J. **Contribuição Indígena ao Brasil**. 3 v. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980. 1316p.
- GUSMÃO, A. (1694). **Annuae Litterae ex Brasilia** (*Bras.*, 9, 395-396).
- HOLANDAFERREIRA, A. B. **Novo Dicionário**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. 1516p.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922p.
- LIMA JÚNIOR, A. **A Capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- MACHADO, J. P. **Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência, 1984. 3 v.
- MARQUES, M. S. **Cartografia Antiga: tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. 102p.
- RAMOS, A. **Aculturação Negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. 303p.
- RESENDE, M. E. L. de. Estudo Crítico. In: ROCHA, J. J. da (1995), **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 13-67pp.
- ROCHA, J. J. da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995. 224p.
- SANTOS, M. M. . *et al* **Minas Gerais em mapas. Catálogo Digital do Centro de Referência em Cartografia Histórica**, Diamantina, Instituto Casa da Glória, Centro de Referência em Cartografia, Instituto de Geociências, UFMG, 2003.
- SANTOS, M. M. D. Espaço e Representação nas Minas Setecentistas. **Revista do Arquivo Público mineiro**, Ano XLVI, N. 2, julho-Dezembro de 2010, p. 44 – 59.
- SANTOS, M. M. D.; CINTRA, J. P. A Carta Geographica e o Mappa Topografico e Hidrografico da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira? **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Parati, 2011.
- SAPIR, E. **Linguística como ciência – Ensaio**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961. 44p.
- SEABRA, M. C. T. C. de. A rota das bandeiras no Estado de Minas Gerais: a região do Carmo. In: **Filologia Bandeirante. Estudos 1**. São Paulo, Humanitas, 2000, p.107-112.
- SEABRA, M. C. T. C. **A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras / UFMG, tese de doutorado, inédita, 2v, 2004. 740 p.
- SENNA, N. de. Nótulas sobre a toponímia geográfica brasílico-indígena em Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v.20, 1926. 194-337p.
- SILVA, J. J. **Tratado de geografia descritiva especial da Província de Minas Gerais** (1878). Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1997.
- SILVA NETO, S. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. 237p.
- SILVEIRA, A. A. da. **Memórias Chorographicas**.

Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1921.

SILVEIRA BUENO, F. **Vocabulário Tupi-Guarani Português**. São Paulo: Éfeta, 1998. 688p.

SOUZA, A. de. **A língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1960. 269p.

TRINDADE, C. R. **Arquidiocese de Mariana**. Mariana: Imprimatur, 1955. v. 2. 282 p.

TRINDADE, C. R. **Velhos Troncos Mineiros**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1955, V. III. 362p.

VIDIGAL, P. M. **Minha terra e minha gente**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2003, 556 p.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1993.

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

ESTADO DE MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Instituto de Geociências Aplicadas- IGA. **Mapa das Mesorregiões Geográficas**. Escala 1: 1500000. – 2006, 7a ed.. – 1 mpa: impresso, color.

ESTADO DE MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Instituto de Geociências Aplicadas- IGA. **Mapa de Bacias Hidrográficas**. 2002 : Esc. 1: 1500000

José Joaquim da Rocha. **O Mappa da Capitania de Minas Geraes com a devisa de suas Comarcas**. – Escala [1:3.478 400,00], 40 legoas = 7,5 cm (Légua brasileira = 3000 braças = 6522). - 1778 .. – Impa: ms, col., (AHEX -Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).

José Joaquim da Rocha. **Mappa da Comarca de Villa Rica**. – Escala [592 909,09.], 20 legoas = 22 cm (Légua brasileira = 3000 braças = 6522). - 1779 .. – Impa: ms, col.; 41,0 x 80,0 cm (BN -Biblioteca Nacional, RJ/RJ).